BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 07 15 DE ABRIL DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.7, abr. 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

EQUIPE TÉCNICA

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M.S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.

EQUIPE DE APOIO

Aloísio da Cunha Nóbrega
Ana Maria Mendes Simões
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 07 15 de abril de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Laranja e Suco: mercado interno e perspectivas internacionais (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Feijão: a periferia das cidades tem absorvido a disponibilidade interna, deixando o mercado oficial com a tabela, mas sem feijão (pág. 8)

Pecuária Leiteira: a crise do setor poderia acarretar importações de até 100.000 ton, premiando os fornecedores externos (pág. 9)

Soja: a firmeza dos preços persistirá, podendo se acentuar com a intervenção do governo americano no seu mercado (pág. 10)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Algumas séries estatísticas relevantes sobre o mercado internacional de suco de laranja (pág. 13)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

35788

ANÁLISE DA QUINZENA

Laranja e Suco: Mercado Interno e Perspectivas Internacionais

Num ano em que as cotações de três dos principais produtos de exportação - café, soja e cacau - despontam em alta, abrindo uma perspectiva otimista para o Balanço Comercial brasileiro, o suco concentrado de laranja contribui também para o quadro favorável do setor externo da nossa economia. As exportações de suco, que perfizeram US$ 100 milhões em 76, poderão até dobrar de valor, dependendo da real extensão dos danos causados pela geada ocorrida na Flórida.

Internamente, o curso dos acontecimentos - como por exemplo, o estabelecimento de um "holding" das principais indústrias, com pretensões monopsônicas, e as perspectivas de aviltamento do preço da matéria-prima a nível do citricultor - tem também marcado a presença da laranja como protagonista de lances importantes da política econômica no setor agrícola.

Embora o Brasil controle cerca de 80% do mercado mundial de suco concentrado de laranja, a participação percentual do produto nas exportações é pequena (cerca de 1% em 1976, devendo se aproximar de até 2% em 1977). Não obstante, a posição hegemônica do Brasil no mercado de suco e a importância do consumo "in natura" no mercado interno impõe a necessidade de uma grande atenção por parte dos setores públicos e privados envolvidos, aos problemas de produção e comercialização da laranja.

Antes de analisarmos a situação atual do mercado, convém apresentar um breve retrospecto do papel da citricultura no país.

De exportador importante de laranja "in natura" (4º lugar em 1955), o Brasil passou para um plano secundário, com a entrada de novos produtores no mercado internacional (Israel e África do Sul), cujo produto atendia melhor às exigências do consumidor europeu. Esta situação perdurou até a década de 60 quando, em virtude das geadas de 1963 na Flórida, o Brasil voltou a assumir importância

no mercado internacional,não mais como exportador de frutas "in natura", e sim, de suco concentrado de laranja. Já em 1968, passou a ser o primeiro exportador mundial de suco (30.096 ton, no valor de US$... 11,6 milhões).

O suporte para essa investida no plano internacional foi a implantação simultânea de uma infra-estrutura agroindustrial em São Paulo, como resposta às condições favoráveis de mercado e aos incentivos econômicos oficiais. No período 1962/70, a área de cultivo do estado foi aumentada em 2,5 vezes e a capacidade industrial de extração de suco foi quintuplicada, passando de 3,6 milhões de caixas em 1965 para 20 milhões de caixas em 1970.

Na primeira metade da década de 60, o processo evolutivo continuou com o mesmo ímpeto inicial. Nos anos 74 e 75 porém, o complexo agroindustrial de laranja viveu séria crise econômico-financeira, reflexo das medidas restritivas às exportações dos países europeus que tentavam neutralizar o desequilíbrio provocado pela alta do petróleo. Duas das principais indústrias tiveram suas atividades interrompidas na época: Citrobrasil, de Bebedouro (insolvência) e Citrosuco Paulista, de Matão (punida com suspensão). A primeira,depois de longas negociações, foi adquirida pelo Governo do Estado.

A nível do produtor, ainda em 74/75, os preços aviltados e a interrupção da moagem resultaram em abandono parcial das culturas, por não compensarem as despesas com tratos culturais e aplicação de insumos. Além disso, projetos de novos plantios foram interrompidos e em algumas áreas - Taquaritinga e Araraquara - houve substituição da citricultura por cana.

Os anos seguintes (1976 e início de 1977) têm sido marcados pelas negociações no sentido de recompor o parque industrial em termos empresariais e financeiros. Esse processo culminou com a aquisição da Citrobrasil de Bebedouro pela Cargill Agrícola S/A (Cargill Corporation - USA) e pela compra, por parte da Citrosuco Paulista e Sucocítrico Cutrale, das companhias Sucorrico, Citral e Tropisuco. Com esta recomposição, o novo conglomerado liderado pela Citrosuco Paulista e Sucocítrico Cutrale passou a controlar 85% da capacidade instalada, ficando os 15% restantes para a Cargill e Frutesp.

Hoje, o Brasil detém a posição de 2º produtor mundial de laranja (vide Notas Estatísticas) e, além disso, é o maior exportador de sucos. O consumo interno brasileiro de sucos é muito reduzido, ao contrário do que acontece nos EUA - onde quase toda a produção é consumida no próprio pais, sobrando uma pequena parcela para exportação.

Para 1977, a estimativa da safra paulista é de 80 a 85 milhões de caixas, cerca de 5% menor do que a produção anterior. Dessa produção, cerca de 1 a 2 milhões de caixas destinam-se à exportação "in natura"; aproximadamente 10 a 15 milhões de caixas ao consumo interno (que é suprido também pela produção de outros estados citrícolas); restando 65 milhões de caixas destinadas à industrialização.

Com a ocorrência da geada na Flórida e a imediata duplicação do preço, o ano de 1977 estimulou o otimismo dos industriais, para quem a conquista do mercado externo não foi feita sem um certo sacrifício em termos de ganhos, até então. Essa expectativa otimista é referendada pela previsão de quebra de safra no Japão (excesso de frio), Israel e Espanha (reflexo da seca de 1975). Acrescente-se, ainda, que os altos estoques americanos deverão ser destinados ao imediato suprimento interno, face à quebra do rendimento industrial de 11% das frutas da Flórida. Assim, a perspectiva é de que a exportação atinja 220.000 ton de suco a um preço médio um pouco acima de US$ 800/ton, que toma por base a estabilização dos preços numa faixa de 80 cents/libra-peso.

No plano interno, porém, há um clima de apreensão por parte dos citricultores, com a formação do cartel industrial dirigido pelo Citrosuco e Cutrale (que detêm, ainda, o controle acionário da empresa "holding" - Sucorico - e esta, por sua vez, controla duas outras empresas do setor). O cartel poderá atuar como um fator de depressão de preços, porque as duas empresas não cartelizadas - Cargill e Frutesp - não constituem suficiente alternativa de escoamento da produção. Acrescente-se, ainda, que a Frutesp, por cláusula estatutária, é obrigada a acompanhar os preços de mercado. De tudo isso, pode-se depreender que, na realidade, os produtores se defrontam com um mercado oligopsônico, cujo equilíbrio depende da ação reguladora do governo.

A situação atual dos citricultores constitui,pois, uma reviravolta completa sobre o apogeu vivido até 1974. Naquela época, 90% da compra da produção era feita a preços elevados, na base de "pomares fechados", antes mesmo do desenvolvimento dos frutos. Nessas condições, as indústrias participavam intensamente dos riscos de produção. Dentro do esquema atual, os industriais pretendem que as compras sejam feitas quando a fruta esteja em condições de ser colhida, falando-se, inclusive, em condicionar o pagamento ao rendimento industrial da produção.

Contra o possível exercício de força do cartel industrial, os citricultores apelaram recentemente à intervenção equilibradora do governo. Neste mercado, em particular, as autoridades têm amplo poder de regulação através da CACEX, que detém o controle das exportações de suco. De nada adianta à indústria aviltar o preço pago aos citricultores se o governo, em retaliação a essa prática oligopsonística, embargar os registros de exportação. Com efeito, na reunião do Comitê de Exportação de Sucos Cítricos realizada no dia 14/4,a CACEX obteve êxito em conseguir um consenso sobre o preço de Cr$ 28,00 por caixa, fixado equidistantemente entre os interesses dos produtores (Cr$ 33,00) e dos industriais (Cr$ 22,00).

No plano internacional, ao analisarmos os preços internacionais (deflacionados) do suco de laranja, observamos uma tendência baixista a partir de 1972 (vide Notas Estatísticas). A verdade é que antes de o Brasil entrar maciçamente no mercado, havia uma certa estabilidade dos preços em torno de US$ 0,70 a 0,75/lb-peso.Nos últimos três anos o preço oscilou em torno de US$ 0,55/lb-peso.Obviamente, os fortes aumentos da exportação brasileira contribuíram para a tendência declinante dos preços nos últimos anos.

Nas condições atuais, o Brasil deve pois, moderar a expansão do parque agroindustrial citrícola, condicionando-o ao crescimento da demanda mundial.

A cartelização industrial, se por um lado é desfavorável aos citricultores, por outro lado é benéfica para a consolidação efetiva do monopólio no mercado mundial podendo, assim,o Brasil

exercer mais fortemente o controle de preços a nível mundial. As taxas de crescimento deste mercado são elevadas, possibilitando a expansão da nossa produção.

Fora de dúvida que os preços não podem ser excessivamente altos, para evitar entrada de substitutos (outros sucos ou frutas "in natura") ou, ainda, outros concorrentes industriais. A conquista e ampliação de mercados deve ser uma preocupação constante, procurando-se, sempre que possível, neutralizar a presença de atravessadores, cujo exemplo típico é a Holanda, que atua no mercado europeu vendendo a preço "teoricamente" mais barato um tipo de suco mais diluído. A homogeneização do suco através de um "blending" especial que atenda às exigências dos consumidores externos poderá constituir-se em boa tática mercadológica.

A exportação do produto acondicionado em latas para consumo direto esbarra nos custos proibitivos de nosso parque de embalagem. Contudo, o fato de que o suco congelado brasileiro (65º Brix) é mais concentrado do que os concorrentes (45º Brix) pode ser explorado como fator de redução de custos de transportes e de embalagem.

A alternativa de se instalar entrepostos nos países importadores, para venda direta do nosso suco em embalagem de consumo é impedida por leis protecionistas. A nossa grande capacidade de armazenagem (40 a 50% da produção) constitui, porém, inestimável trunfo no jogo da comercialização externa pela nossa ampla margem de pronta disponibilidade de entrega.

O nosso principal comprador é a CEE, cujo mercado deve ser totalmente conquistado, já que o suco brasileiro é mais barato do que o americano. A importação americana em regime de "draw-back" nos interessa pouco. O mercado de destino das re-exportações americanas é que deve ser objeto de nossa acirrada concorrência.

Ponto adicional de destaque, que não se pode deixar de mencionar é a venda de 260.000 ton de ração, sob a forma de "pellets" do bagaço de laranja, ao preço US$ 100,00/ton, que o nosso

parque industrial de sucos cítricos fabricará em 1977.

Ainda em referência ao suporte básico para manutenção da posição brasileira no mercado internacional, do lado da produção de laranja, se analisarmos a relação "valor recebido/despesas diretas" do produto ao nível do produtor, verificamos que esta relação foi de 214% no período 67/68, evoluindo para 301% no período seguinte (de altos lucros) e, nos três últimos anos caiu para apenas 149%. Essa corrosão nos ganhos advindo dos preços aviltados repercute negativamente sobre o estado da conservação de pomares, induzindo maior susceptibilidade a pragas e doencas e, obviamente, menor produtividade e maior depreciação qualitativa do produto. Daí, a necessidade de se criar um Fundo com recursos provenientes de uma parcela do lucro das exportações, que seria movimentado em situações desfavoráveis do mercado, e serviria também para canalizar recursos para a orientação do plantio em função da demanda internacional, evitando-se a oferta excessiva e, consequentemente, o aviltamento de preços.

Um outro aspecto que deve ser destacado pela sua extrema importância, é o aprimoramento tecnológico da cultura a fim de se vencer a batalha da eficiência na produção. Verdade notoriamente conhecida é que a produtividade brasileira vem caindo nos últimos anos pelas razões apontadas, regredindo a menos da metade do rendimento físico da Flórida, quando se sabe que as condições ecológicas (solo e clima) paulistas são bem mais favoráveis. Assim, para a preservação da nossa invejável posição no mercado, é vital o rebaixamento dos custos, através do desenvolvimento tecnológico da cultura. Neste sentido, se uma parte do Fundo fosse destinado ao fortalecimento das atividades de pesquisa, estaríamos preenchendo uma das principais lacunas do setor.

As idéias e sugestões aventadas acima não se revestem de nenhum ineditismo e, por sinal, vêm de encontro ao pensamento da associação de classe dos citricultores que, no caso específico do cancro cítrico, sente a necessidade, de estirpar de modo definitivo o mal, antes que atinja a área nobre da citricultura - Bebedouro, Araraquara, Limeira. Somente dessa forma, pela ação conjugada das partes interessadas, a guerra contra o cancro cítrico, que vem se arrastando por mais de 15 anos, poderá ser finalmente vencida.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** FEIJÃO

O governo acaba de autorizar a importação de, no máximo, 150 mil ton de feijão preto. É curioso que, após a normalização iniciada no começo de março, o abastecimento do mercado tenha se tornado novamente precário.

No final de fevereiro, o governo autorizou um reajuste para os preços do produto. Este fato, somado ao início da comercialização da safra paranaense, parecia explicar o aumento da oferta ocorrido em março. Na verdade, muito pouco feijão paranaense entrou no mercado nessa época. A oferta se constituía, basicamente, do feijão importado que se encontrava estocado à espera do reajuste anunciado. Fica claro, portanto, que o aumento de preços concedido pelas autoridades não atendeu às reivindicações dos produtores, cuja safra vem sendo colocada no mercado paralelo, onde a cotação da saca de 60 kg já alcançou Cr$ 450,00 no atacado. O preço da tabela, no varejo, é de Cr$ 432,00.

Em torno desses fatos, arma-se um círculo vicioso que só pode ser rompido com a liberação de preço do produto. Enquanto a medida não se concretiza, o produtor atende ao mercado paralelo, aliás bastante ativo porque a produção brasileira nesta temporada está aquém da demanda. Por outro lado, a variável mais importante para a expansão da produção é o preço de mercado, cujo tabelamento reverte as expectativas de lucro do agricultor. Não existe, portanto, estímulo à expansão da área plantada, agravando o problema do abastecimento futuro do mercado. A situação se complica ainda mais, quando se considera que o preço de importação da leguminosa está se tornando gravoso, exatamente pela pressão que o Brasil exerce atualmente sobre a oferta mundial.

A resistência das autoridades em liberar os preços do produto, devido à compreensível preocupação com o reflexo sobre o índice de preços, agrava o problema e não impede que a taxa de inflação real sofra os efeitos dos preços praticados no mercado paralelo.

A própria liberação de preços é solução transitória porque apenas adequaria a quantidade demandada a uma oferta insuficiente. A atual crise é, principalmente, o reflexo de um problema estrutural que vem se arraigando ano a ano. A solução definitiva parece estar na criação de um programa de incentivo à lavoura do feijão cujas primeiras preocupações sejam, de um lado, a pesquisa de novas variedades mais produtivas,e de outro lado, um firme comprometimento das autoridades com a manutenção de uma margem de lucro ao produtor, compatível com o alto risco da cultura.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

O País sofre, atualmente, da escassez de leite,para consumo "in natura", e de dados estatísticos sobre a profundidade da crise. Naturalmente, a escassez de estatísticas alimenta e protege a escassez do produto.

Alguns fatos são certos. Em primeiro lugar, a estiagem prolongada reduziu efetivamente a produção leiteira nos últimos meses. Mas a escassez provocada pela estiagem, curiosamente, só afetou o fornecimento do produto tabelado (o leite tipo C), ainda que a sua substituição por leite B, cujo preço é praticado livremente, tivesse pressionado fortemente o consumo deste último tipo de leite. Não tem faltado queijo nem leite em pó; estes últimos produtos obtiveram recentemente reajustes de preço, junto ao CIP, de 21% e 14%,respectivamente.

Em segundo lugar, a descapitalização da pecuária leiteira vem se agravando há alguns anos apesar dos visíveis esforços das autoridades em contornar o problema. Em contraste, não se fala em crise da indústria de processamento. Esse segundo fato vem casado com as crescentes facilidades de importação de leite em pó, cujo volume, este ano, superará todos os recordes anteriores. Evidentemente,à indústria não interessa a origem do leite, e sim, o seu preço de aquisição. Se os fornecedores estrangeiros vem subsidiando o preço do leite que importamos, tanto melhor. Tanto pior, entretanto, para a saúde precária do nosso balanço comercial, e para o futuro dos pecuaristas nacionais.

Em terceiro lugar, também é certo que a atual po-

lítica para o setor leiteiro fatalmente acarretará uma nova divisão do mercado nacional entre produtores brasileiros e exportadores estrangeiros: os primeiros, ficariam circunscritos ao fornecimento de leite para a produção de queijo, manteiga, iogurtes e outros produtos de preço liberado, enquanto o leite em pó importado seria reidratado para o consumo subsidiado do leite tipo C. Tal divisão do mercado nacional exigiria importações anuais de, pelo menos, 100.000 ton de leite em pó estrangeiro. Como sequela, esta política consolidaria a incipiente retração do setor leiteiro nacional, deslocando uns 30% dos nossos pecuaristas para outras atividades.

Voluntariamente ou não, estamos sendo conduzidos para esta nova divisão de mercado, em que o Brasil se tornará significativo importador de leite em pó. Contra esta sequência de acontecimentos, vêm se rebelando os pecuaristas nacionais. De fato, é bastante discutível que os produtores nacionais devam desacelerar o crescimento de suas atividades a fim de premiar os produtores estrangeiros cuja penetração no nosso mercado vem amparada pelos maciços subsídios concedidos pelos seus governos.

*** SOJA

Alguns meses atrás, apenas se especulava sobre a provável firmeza dos preços internacionais neste ano. Agora já é suficientemente clara a situação de escassez no mercado mundial de soja, não sendo surpresa se as cotações alcançarem a casa dos US$ 400/ton nas próximas semanas. Com efeito, a previsão do estoque norte-americano em setembro é esclarecedora: 1,77 milhões de ton de soja comparados com 6,67 milhões no ano passado. O quadro atual, portanto, está muito próximo da situação extremamente precária que envolveu a oferta mundial em 72/73, quando os estoques norte-americanos fecharam em 1,62 milhões de ton.

O reduzido estoque nos EUA, contudo, não constitui a única medida da precariedade da atual situacão do mercado. Outros fatores igualmente relevantes permitirão compreender porque os preços deverão continuar em alta:

1) a demanda mundial tem se revelado surpreendentemente insensível ao aumento dos preços internacionais. Em 75/76, quando a produção mundial foi recorde (68 milhões de ton), os EUA e a Europa Ocidental - maiores produtores mundiais de farelo e óleo de soja - esmagaram 18 milhões de ton de soja no período outubro/março. Em 76/77, com uma produção mundial estimada em apenas 61 milhões de ton, o esmagamento combinado dos EUA e Europa, no mesmo período, não sofreu praticamente redução, alcançando 17,7 milhões de ton. Portanto, até a entrada da nova safra norte-americana em setembro, os preços deverão continuar se elevando para forçar a necessária redução do esmagamento;

2) devido à menor produção mundial desta temporada, aliada à expectativa de forte retração na atividade de esmagamento nos EUA e Europa Ocidental nos próximos meses, espera-se uma substancial redução nos estoques mundiais de farelo e óleo, principalmente deste último, cuja demanda vem apresentando claros sinais de recuperação em relação ao ano passado;

3) as últimas estimativas das safras de oleaginosas na Índia e na Argentina têm revelado que a produção nesses países será inferior ao que se esperava, com base em estimativas anteriores. Da mesma forma, a safra brasileira de soja provavelmente não alcançará 12 milhões de ton (as estimativas anteriores davam conta de 12,5 milhões de ton), em consequência da estiagem em algumas regiões do Paraná e São Paulo;

4) são cada vez mais frequentes os rumores de um iminente embargo das exportações norte-americanas de soja, cujo grau de intervenção poderia incluir desde a exclusão de importadores não tradicionais até a imposição de um embargo total das vendas norte-americanas ao exterior. A decisão dependerá somente da evolução do consumo e das exportações dos EUA nas próximas semanas. Como se espera forte redução na atividade de esmagamento nos próximos meses, o recurso ao embargo provavelmente será desnecessário. Não obstante, a eventual pressão de importadores não tradicionais poderá

forçar o governo norte-americano a intervir no mercado. Qualquer forma de intervenção no mercado norte-americano resultaria em imediato recrudescimento da pressão sobre os preços internacionais à semelhança dos acontecimentos posteriores ao embargo sobre as exportações norte-americanas em 1973.

Apesar da esperada manutenção da tendência altista, o mercado poderá sofrer algum impacto psicológico se o relatório de intenções de plantio nos EUA, a ser divulgado ainda este mês pelo USDA, apresentar uma estimativa de aumento de área superior a 10%. Uma pressão baixista desta natureza possivelmente não teria maiores efeitos sobre os preços da soja para entrega nos próximos meses, resultando entretanto em redução das cotações da próxima safra americana. O aumento do plantio neste ano não será solução para o quadro de aguda escassez em que deverá permanecer o mercado mundial nos próximos seis meses.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Nestas Notas apresentamos alguns dados relevantes do mercado mundial de laranja ("in natura" e em suco).

O Brasil experimentou, nos últimos oito anos, um extraordinário crescimento da sua agroindústria citrícola. Quadruplicou a produção brasileira de laranjas neste período, enquanto a produção mundial cresceu 50%, e a dos EUA (maior produtor mundial) cresceu apenas 23%. A evolução das produções brasileira, norte-americana e mundial são apresentadas na tabela I da página seguinte.

Em consequência deste notável crescimento, a participação brasileira na produção mundial quase triplicou, passando o Brasil a ocupar a segunda posição entre os principais produtores.

A participação do Brasil no mercado mundial de frutas cítricas in natura é muito pequena porque o tipo de fruto produzido no Brasil não é bem aceito no exterior. Por outro lado, o Brasil lidera o mercado de suco concentrado de laranja; em 1968, já era o principal exportador e, nos últimos anos, aumentou sobremaneira a sua participação no mercado mundial chegando a deter, hoje, cerca de 80% da exportação mundial.

Os preços do suco concentrado de laranja no mercado mundial têm decrescido nos últimos anos, depois de uma fase de relativa estabilidade. No período 65/72, o mercado apresentou um preço médio real de cerca de US$ 0,72 contra US$ 0,55 nos últimos anos. (vide tabela II, na página seguinte).

A tendência baixista teve início a partir de 1972, que coincide com período de maior expansão da produção e exportação brasileiras. Em 1º/12/76, o estoque norte-americano era quase três vezes maior do que em 1971. É digno de nota que a produção norte-americana não vem acompanhando, nem de longe, a evolução dos estoques, cujo acentuado crescimento confirma a tendência declinante dos preços desde 1972 (vide tabela II). Assim, uma vez vencido o atual período conjuntural de escassez, provocado pela recente geada na Flórida, não constituirá surpresa o retorno dos preços à sua tendência anterior.

TABELA I

PRODUÇÃO DE LARANJA 1/

(Em 1000 ton)

ANOS	PRODUÇÃO MUNDIAL	BRASIL	% PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL	E.U.A.	% PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL
1968-9	21.638	1.622	7,5	7.527	34,8
1969-0	22.503	2.005	8,9	7.658	34,0
1970-1	24.715	2.132	8,6	7.875	31,8
1971-2	25.529	2.760	10,8	7.889	30,9
1972-3	28.932	2.872	9,9	9.245	31,9
1973-4	29.495	3.782	12,8	8.930	30,3
1974-5 *	30.314	4.137	13,6	9.808	32,3
1975-6**	32.510	6.299	19,47	9.294	28,6

Fonte: COMMODITY YEARBOOK
Elaboração: GIA

1/ Incluindo Tangerina

* Estimado
** Fonte FAO Production Yearbook

TABELA II

PREÇO REAL DO SUCO CONCENTRADO DE LARANJA 1/ E DISPONIBILIDADES EM ESTOQUES 2/ NOS E.U.A.

ANOS	PREÇO REAL US$/LIBRA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO PREÇO	ESTOQUE EM MILHÃO DE LIBRAS	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO ESTOQUE
1965-67 *	0,71	100	257,5	100
1968	0,74	104,3	159,9	62,1
1969	0,78	109,9	239,4	92,4
1970	0,65	91,3	284,7	110,5
1971	0,70	98,5	262,2	101,5
1972	0,73	103,5	343,0	133,2
1973	0,65	90,8	598,1	232,3
1974	0,55	71,3	616,9	239,6
1975	0,53	67,0	633,2	245,9
1976 **	0,50	57,6	759,0	294,7

Fonte: COMMODITY YEARBOOK
Elaboração: GIA

1/ Preço Médio Anual no Atacado, a preço de set.76
2/ Posição em 1º de dezembro
* Média dos três anos
** Estimado

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo e Filantrópica, instituida em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudos dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – CAIXA POSTAL: 9.052
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 – RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Eugenio Gudin
Membros: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flores, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique de Toledo Dodsworth, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral - ROBERTO HERMETO CORRÊA DA COSTA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Consultor: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire. 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2584